

Os movimentos populares e o sindicalismo brasileiros face aos processos de integração regional na América do Sul

Popular movements and trade unions due to South American regional integration processes

TATIANA BERRINGER ¹

Resumo: Este artigo analisa a ação dos movimentos populares e do sindicalismo brasileiros face aos processos de integração regional durante os governos PT (2003-2016). Buscamos entender como atuaram o sindicalismo e os movimentos populares que participaram da Campanha contra a Área de livre Comércio das Américas (Alca) nos dez anos seguintes ao arquivamento da proposta. Acreditamos que apesar de uma diferença estratégica não existe uma contradição no seio das classes populares uma vez que as iniciativas se complementam. Há formas e vias diferentes de construção dos processos de integração regional: de um lado, o sindicalismo aposta mais nos espaços institucionais do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União das Nações Sul-americanas (Unasul), e de outro lado, os movimentos populares jogam mais força na articulação dos Movimentos Sociais da Aliança Bolivariana para a Nossa América (Alba).

Palavras-chave: Integração regional; Alca; Mercosul; sindicalismo; movimentos populares.

Recebido em:
08 de Abril de 2018

Received on:
April 08, 2018

Aceito em:
11 de Setembro de 2018

Accepted on:
Accepted on September 11, 2018

DOI:10.12957/rmi.2017.33500

Abstract: This article does an analysis of popular movements and trade unions actions due to the regional integration process on PT's governments (2003-2016). We have tried to understand how the organizations that have been participating in the fighting against FTAA have done during the next ten years after that death of that project. We sustain that despite a difference there is no strategic contradiction inside Brazilian popular classes, it is because the initiatives are complementary. There are different ways on the regional integration process: on the one side, the trade unions have a focus on institutional spaces inside Southern Comum Market (Mercosur) and South America Union Nations (Unasur), and on the other side, the popular movements play an important role on the Social Movements Articulation of Bolivarian Alliance of Americas (Alba).

Keywords: Regional integration; FTAA; Mercosur; trade unions; popular movements.

¹Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta da Universidade Federal do ABC, Coordenadora do bacharelado de Relações Internacionais da UFABC. **Endereço para correspondência:** Rua Arcturus, N.3, Sala 318, Bloco Delta, Jardim Antares/São Bernardo do Campo, São Paulo, CEP: 09606-070, Brasil. **E-mail:** berringer.tatiana@ufabc.edu.br

Introdução

Este artigo analisa e descreve a ação dos movimentos populares e do sindicalismo brasileiros face aos processos de integração regional durante os governos Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016). Interessa-nos então entender como atuaram as organizações populares e de esquerda que estavam reunidas na Campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) nos dez anos seguintes ao arquivamento da proposta em Mar del Plata, durante a Cúpula das Américas (2005). Consideramos que a despeito dos ganhos econômicos que a grande burguesia interna tem com o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e com as demais iniciativas do Estado brasileiro no âmbito regional, essa fração não aceita processos de integração regional com compromissos políticos profundos e conflitos diretos e abertos com o imperialismo como a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA). Por isso, ela não foi favorável à entrada da Venezuela no bloco e ao aprofundamento dos compromissos políticos como o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC). Isso se deve ao fato de que a burguesia interna brasileira é dependente tecnológica e financeiramente do imperialismo, e tem uma dissolução política-ideológica

nacional que a impede de formar uma aliança com as classes populares em uma posição anti-imperialista. Motivo pelo qual, apesar de depender da proteção do Estado para a sua sobrevivência e para a concorrência com o capital externo, que resulta na existência de um bloco econômico regional, essa fração da classe dominante configura-se como burguesia interna e não como uma burguesia nacional. Assim, a despeito dos ganhos econômicos, ela não tem interesse em uma integração regional com forte contorno político e robusto arcabouço institucional.

Em função disso, nos momentos de crise política essa fração pode se aliar aos interesses imperialistas e das frações de classe mais dependentes do capital externo e se opõe às iniciativas regionais que buscam maior margem de manobra dos Estados sulamericanos face aos Estados Unidos. Isso se deve ao fato de que os governos PT (Lula e Dilma) além de proporem uma posição conflitiva do Estado brasileiro no cenário internacional, também eram marcados por adotarem políticas sociais e econômicas distributivas. Vê-se, portanto, que a burguesia interna brasileira não aceita uma aliança anti-imperialista com as classes populares. Ao contrário disso, ela se alia às forças imperialistas e à burguesia compradora

contra essas políticas. Isso explica as manifestações pró-impeachment de 2015 e 2016 que denunciam o “bolivarianismo” da política externa brasileira e do Foro de São Paulo e colocam-se contrários à relação do Estado brasileiro com os Estados cubano e venezuelano. Seria então um papel dos movimentos populares e do sindicalismo a criação articulações regionais anti-imperialistas, capazes de construir processos concretos e reais de solidariedade e de luta entre os povos?

Partimos da ideia de que as classes populares não têm o poder de influência direta sobre as decisões do Estado em matéria de política externa, mas, podem, em determinadas situações, produzir efeitos pertinentes sobre o processo decisório da política externa. Isto é: a partir da mobilização de classe ou mesmo da conformação de alianças ou frentes políticas com as classes ou frações de classes dominantes as classes populares podem ter seus interesses atendidos pelo Estado. Isso porque o Estado capitalista apesar de se apresentar enquanto Estado-nação e representante de um suposto interesse geral da população, ele se ocupa em organizar os interesses do bloco no poder: das classes e frações de classe dominantes unificadas sob a hegemonia de uma delas. O atendimento dos reclamos das classes populares se dá em

nome da manutenção do “equilíbrio instável de compromisso” — o impedimento de crises políticas que afetam os interesses de longo prazo das classes dominantes no que tange à manutenção e reprodução do modo de produção capitalista. Assim, as classes populares podem ocupar três posições diante da política estatal: oposição, classe-apoio em uma aliança de classes, ou integrar uma frente política com alguma fração burguesa (Berringer, 2015).

Consideramos, portanto, que a campanha nacional contra o acordo da Área de Livre Comércio das América (Alca) foi uma importante mobilização de oposição à política externa brasileira. No curso do processo da Campanha, ainda que não tenha ocorrido uma articulação e ação conjunta das classes populares com frações da classe dominante, o fato da posição das classes populares convergir com a ação e aglutinação da grande burguesia interna brasileira, que passou a se reunir na Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), liderada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), acabou produzindo um importante efeito para que o acordo fosse rejeitado, e para que se formasse uma frente política neodesenvolvimentista, na qual a grande burguesia interna foi a força dirigente, e o apoio dos setores organizados das

classes populares foi fundamental (Berringer,2015).

Interessa-nos então investigar o que aconteceu com os setores populares brasileiros nos dez anos posteriores ao arquivamento da proposta da Alca. Foram eles capazes de construir um processo de integração regional com força social? Para isso, o artigo se divide em quatro partes. Esta introdução, uma seção sobre os papel dos movimentos sociais e do sindicalismo brasileiro nos processos de integração regional anos 1980 e 1990, especialmente, na luta contra a Alca, e uma seção sobre as classes populares e a política de integração regional dos governos PT (2013-2016) de fortalecimento do Mercosul e de criação da Unasul buscando entender os limites e opções de participação social que foram adotados pelos movimentos populares e pelo sindicalismo que estiveram à frente da Campanha Nacional contra a Alca, finalizamos com as considerações finais.

Movimentos populares e o sindicalismo brasileiro e a integração regional nos anos 1980 e 1990

Os movimentos populares e sindicais brasileiros criados no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, tiveram forte atuação nas lutas pela democratização do país, e trouxeram

consigo o compromisso com a integração regional. Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), o primeiro espaço de atuação internacional é, certamente, a América Latina. Nos primeiros anos, essas organizações foram fortemente influenciadas pelos processos revolucionários de Cuba (1959), Nicarágua (1979) e El Salvador (1981), houve muitos intercâmbios de militantes brasileiros para esses países, buscando a formação política e o estreitamento de laços entre as organizações. Além da proximidade geográfica, a leitura sobre a inserção internacional dessas formações sociais e as relações entre as classes sociais, o imperialismo e o papel das burocracias civis e militares contribuíram para a aproximação das organizações brasileiras com as experiências revolucionárias da América Latina. Do ponto de vista teórico, tratava-se de revisitar as teses da III Internacional e elaborar uma leitura marxista da América Latina sobre a estratégia da revolucionária.

Na América Latina o internacionalismo é antes de tudo anti-imperialista, e, por isso, defende a integração regional como uma via de fortalecimento da luta pela soberania dos Estados nacional. A integração regional tornou-se uma forte

bandeira das organizações de esquerda brasileira nos anos 1980. Assim, durante a Assembleia Constituinte de 1988, a atuação dos deputados do Partido dos Trabalhadores, especialmente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), contribuiu para garantir a aprovação do parágrafo único do Artigo 4º: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Foi a primeira vez que a constituição brasileira assumiu o compromisso com a integração regional (Dallari, 1994). À época os Estados brasileiro e argentino já haviam assinado o Acordo de Cooperação Nuclear, e os Protocolos do Programa de Cooperação e Integração Econômica (PICE). Esses acordos contribuíram para que, em 1991, fosse firmado o Tratado de Assunção, entre os Estados brasileiro, argentino, paraguaio e uruguaio, criando o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que hoje também tem o Estado venezuelano como Estado-membro.

Já ao longo dos anos 1990, com a implantação do neoliberalismo, as organizações populares e sindicais brasileiras criaram articulações regionais com os seus pares nos países vizinhos a fim de fortalecer a resistência às políticas imperialistas para a região.

Destaca-se a criação da Coordenação Latino-americana das Organizações do Campo (CLOC) e a Via Campesina, da Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), da Rede de Mulheres Latino-americanas Transformando a Economia (REMTE), da Aliança Social Continental e do Foro de São Paulo. Essas entidades, como veremos, exerceram importante papel na luta contra os avanços do neoliberalismo na região, em especial, na luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Nos primeiros anos do Mercosul, entre 1991 e 1992, o sindicalismo e os movimentos populares brasileiros tiveram uma postura contrária à iniciativa, pois a consideravam meramente comercial, alinhada aos princípios neoliberais e à agenda da “Iniciativa para as Américas” dos EUA. Mas, a partir de 1992, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) passou a se envolver com as questões que apareceram a partir da implementação do bloco, especialmente, os impactos sobre os deslocamentos de plantas industriais que visavam aproveitar as vantagens salariais, fiscais, e o acesso aos mercados. Diante disso, junto com outras centrais sindicais da região, a CUT buscou lutar para fortalecer as políticas sociais de cada país e contrapor-se à abertura comercial. No

fundo, interessava ao sindicalismo não apenas garantir os direitos sociais e trabalhistas que estavam ameaçados com a implantação do neoliberalismo na região, mas introduzir no Mercosul o caráter social e político da integração regional. Em 1994 foi então institucionalizada a participação das centrais sindicais na estrutura organizativa do Mercosul, primeiramente nos Subgrupos de Trabalhos e, depois, no Fórum Consultivo Econômico e Social, criado em 1996 (Mello e Silva, 2005).

Em 1997 teve início a Cúpulas dos Povos — eventos que aconteceram paralelamente às Cúpulas das Américas (reuniões presidenciais de negociação da Alca) — e os Encontros Hemisféricos que reuniam os movimentos sociais e sindicais da região. E, em 2001, aconteceu a primeira edição do Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre no Brasil (Faria, 2015). O Fórum Social Mundial (FSM) tornou-se o símbolo dos chamados “movimentos altermundialistas” (movimentos de luta contra a globalização). Como já fazia mais de uma década do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a esquerda mundial vivia uma crise programática, dada a ausência de uma referência e à ofensiva ideológica dos defensores do neoliberalismo, como

Francis Fukuyama em “O fim da história e o último homem”, os encontros do FSM cumpriram o importante papel de reunir diversas organizações de esquerda para debater os rumos da política internacional e para pensar alternativas à “globalização neoliberal” (Codas, 2007). Chegou-se a dizer que o FSM era a “Internacional do século XXI”, apesar da grande maioria dos organizadores e idealizadores não se identificavam com uma orientação socialista. O evento carregava uma forte carga de se identificar edições ocorreram na cidade de Porto Alegre, onde já exista uma rica experiência de orçamento participativo, liderado por uma prefeitura ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

O FSM reuniu diferentes segmentos de movimentos sociais, sindicais e organizações não-governamentais, tendo chegado a reunir 150 mil pessoas dos quatro continentes na V edição, em 2005. Segundo Ribeiro (2011) o Fórum Social Mundial tinha uma composição social de classe média, universitária, com forte presença das organizações não-governamentais. Ao longo dos anos, o Comitê Internacional enfrentou debates sobre a baixa capacidade de mobilização social e ausência de um espaço de deliberação política, apesar da edição de 2002 do FSM, em Porto Alegre, ter contribuído para a

divulgação de uma grande mobilização popular que unificou diversas organizações sociais e políticas na região: a luta contra a Área de Livre-comércio das Américas (Alca) (Codas, 2008).

O esboço da campanha continental contra a Alca foi traçado nas Cúpulas dos Povos (“as contras Cúpulas”), articulada pela Aliança Social Continental e pela Via Campesina. Essas organizações aproveitaram então a segunda edição do Fórum Social Mundial para lançar uma campanha continental, que teve seus capítulos nacionais durante o ano de 2002 (Faria, 2015). A campanha nacional contra a Alca unificou o conjunto dos movimentos sociais, do sindicalismo, e dos partidos de esquerda no Brasil. Reuniu 55 organizações, com destaque para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), as pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Consulta Popular, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e setores do Partido dos Trabalhadores (PT). O resultado concreto da campanha foi a realização de um plebiscito popular, cuja metodologia pautava-se na realização de cursos massivos de formação política. Foram abordados o

impacto político e econômico da Alca, os fundamentos e as consequências sociais do neoliberalismo e o papel dos Estados Unidos na região. Confeccionaram diversos materiais didáticos para o trabalho popular, como cartilhas, vídeos e folhetos. A campanha dividia-se em comitês estaduais e locais, espalhados em todo o território nacional, que realizaram debates em escolas, bairros, universidades, igrejas, rádios e TVs locais para mobilizar a população e coletar assinaturas. O plebiscito coletou mais de 10 milhões de votos, sendo 95% contrários à entrada do Estado brasileiro na Alca, e contra o Protocolo 505 que previa a cessão da base de lançamentos de foguetes em Alcântara no Maranhão aos Estados Unidos (Silva, 2008).

Além da unidade entre diferentes setores da esquerda brasileira, a campanha contra a Alca no Brasil foi um marco histórico, pois o país vivia mais de uma década de descenso das lutas de massas e de forte ofensiva contra os direitos trabalhistas e de criminalização dos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Essa mobilização representou não apenas uma reação contra a ofensiva neoliberal, mas colocou a defesa da integração regional como uma bandeira importante para as organizações

populares brasileiras, deixando de ser apenas algo programático como nos anos 1980. Os setores populares perceberam a importância política e econômica do Mercosul e passaram a defender que o bloco assumisse contornos sociais e políticos, pautados nos interesses das classes populares. Com o avanço das negociações da Alca, do Mercosul-União Europeia e Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), o bloco tornou-se um ator político relevante para o Estado brasileiro atuar no cenário internacional.

As classes populares e a integração regional nos governos PT

A partir de 2003, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o Estado brasileiro adotou uma dupla estratégia a fim de conseguir enfraquecer a proposta dos Estados Unidos e obter uma posição consensual dos Estados sul-americanos contra a Alca. Para isso, buscou priorizar a integração regional sul-americana e propor a flexibilização das negociações, através do que se chamou “Alca Light”, que a negociação se realizasse de maneira fragmentada e setorializada. Visando o fortalecimento do Mercosul, o Estado brasileiro aproximou-se do Estado argentino e propôs iniciativas para “relançar” o bloco, através de propostas que visavam trazer maior institucionalidade e

diminuição das assimetrias entre os Estados-membros. Nesse espírito foram criados o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), o Parlamento do Mercosul, as Cúpulas Sociais e as Reuniões Especializadas, como a Reunião Especializada em Agricultura Familiar. Além disso, buscou-se dar um contorno mais político e social às reuniões de Presidentes Sul-americanos, que tiveram início nos anos 2000, criando a Comunidade Sul-americana das Nações (CASA) em 2004, que em 2008 virou a União Sul-americana das Nações (Unasul).

Assim, as entidades que integravam a Campanha Nacional Contra a Alca se dividiram, formando na nossa avaliação três campos políticos, que listamos abaixo.

- 1) a oposição ao governo — liderada pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).
- 2) a base de sustentação do governo — integrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).
- 3) setores populares que dão apoio crítico ao governo. Movimentos

populares e organizações políticas que mantiveram autonomia face ao governo, e ao mesmo tempo adotaram uma posição crítica. Apoiaram as políticas progressistas, como o aumento das políticas sociais e a política de valorização do salário mínimo, e criticaram as políticas de caráter neoliberal como as parcerias público-privadas, a manutenção do superávit primário, e, sobretudo, denunciaram a não realização de reformas estruturais como a reforma agrária, educacional e urbana. Nesse campo estão o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Consulta Popular e o Levante Popular da Juventude (Berringer, 2015).

No início, o campo 1 foi bastante crítico ao lançamento da proposta da “Alca light” por defender que o Estado deveria abandonar as negociações com os Estados Unidos. Depois, opôs-se à decisão do Estado de comandar a Missão das Nações Unidas no Haiti, em 2004. Entre 2009 e 2012 a crítica do campo de oposição ao governo sobre a política de integração regional tornou-se ainda mais evidente. Intelectuais e militantes do PSTU, PSOL e PCB passaram a criticar a relação existente entre o papel do Brasil na liderança do Mercosul e da Unasul e o aumento das

exportações de manufaturas e da instalação das empresas brasileiras nos territórios vizinhos, caracterizaram esse processo de “imperialismo” ou “sub-imperialismo” brasileiro (Berringer, 2013).

Já os dois últimos campos, apoiaram o conjunto da política externa dos governos Lula, em especial, as iniciativas de integração regional — Mercosul e Unasul. Contaram com a atuação da Rede Brasileira de Integração para os Povos (Rebrip), organização criada em 2001, que articula as entidades sindicais e movimentos populares buscando influenciar os processos de integração regional e as negociações econômicas internacionais. Em 2004, atuaram contra as negociações entre o Mercosul e a União Europeia, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) realizou um protesto com cerca de 100 militantes em frente ao Itamaraty. Em 2008 o sindicalismo cutista criou Confederação Sindical das Américas (CSA).

A diferença entre os dois campos é muito sutil, pode ser visualizada na ênfase conferida à Articulação dos Movimentos Populares da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba) e na proposta da Plataforma de Desenvolvimento para as

Américas (PLADA) durante o Encontro Hemisférico de 2015, como demonstraremos a seguir.

Durante o Fórum Social Mundial em Belém, em 2009, a Assembleia dos Movimentos Sociais decidiu criar a Articulação dos Movimentos Sociais da Alba, permitindo que os movimentos populares cujos Estados nacionais não aderiram à iniciativa bolivariana pudessem fazer parte desse processo de integração regional, tornando-o uma iniciativa de setores organizados das classes populares, que deveriam fortalecer a solidariedade e as lutas de resistência contra o imperialismo. A Alba passou então a ter diferentes níveis de organização: o nível estatal, o nível subnacional de governos estaduais ou municipais e a articulação dos movimentos populares. De maneira geral, essa última iniciativa buscou articular os movimentos populares e organizações de esquerda na luta contra o neoliberalismo, pela soberania e em defesa dos “governos progressistas”. No Brasil, o MST, a Marcha Mundial das Mulheres, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o PT foram os movimentos que aderiram à articulação.

Na verdade, a partir do arquivamento da Alca em 2005 e com a criação da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), a análise feita pelos

movimentos populares no Brasil, especialmente pelo MST, era a de que existiam três projetos de integração regional: 1) o projeto neoliberal dos Estados Unidos que após a Alca passou a se desmembrar em Acordos Bilaterais de Livre-Comércio com o Chile, Colômbia, Peru, América Central, etc.; 2) o projeto de cooperação, complementariedade e solidariedade da Alba, que reunia os Estados Venezuelano, cubano, boliviano, equatoriano e nicaraguense; 3) o projeto político-econômico liberado pelo Estado brasileiro através do Mercosul e da Casa/Unasul. Aos poucos, a análise passou a ressaltar que os projetos do Mercosul, Unasul da Comunidade de Estados latino-americanos e Caribenhos (Celac), criada em 2011, não se opunha à Alba. Na verdade, do ponto de vista geopolítico eram complementares, pois juntos excluía os Estados Unidos dos processos políticos latino-americanos, buscando maior margem de manobra internacional aos Estados e aos povos.

Segundo Ribeiro (2011), em 2010 quando o FSM fez uma reunião de balanço dos seus 10 anos de existência, tanto João Pedro Stédile do MST, quanto Antônio Felício da CUT, embora tenham reiterado a importância da existência do evento enquanto um espaço democrático de debates e de batalha ideológica contra o

neoliberalismo, ambos ressaltaram as fragilidades organizativas e programáticas do FSM enquanto instrumento para a construção de um movimento internacional de massa (Ribeiro, 2011, p.60). Mas a CUT, enquanto parte do campo de sustentação dos governos petistas, permaneceu na órbita dos projetos liderados pelo Estado brasileiro: o Mercosul e a Unasul. E o MST passou a dar mais ênfase à Alba e outras iniciativas.

Acreditamos que há dois elementos que justificam essa posição: 1) a relação do Mercosul com a geração de empregos no Brasil; 2) a relação dessa central sindical com os governos PT. Como a central já integrava o Foro Econômico e Social do Mercosul e os Subgrupos de Trabalho, a partir de 2006, passou também a acompanhar as Cúpulas Sociais, e em 2015, a entidade acompanhou a elaboração da Nova Declaração Sócio Laboral do Mercosul e saudou a aprovação da mesma na última Cúpula Social e na Reunião dos Chefes do Estado (CUT, 2015). A partir do que Hermes da Costa (2005) periodizou sobre a política internacional da CUT, defendemos que pós-2005, tendo sido arquivado o projeto de criação da Alca, a entidade passou para uma postura ofensiva, acompanhando a política externa brasileira dos governos Lula e Dilma, de maior protagonismo e

busca de margem de manobra ao Estado brasileiro na estrutura de poder internacional. Nesse sentido, a entidade criou, em 2010, o Instituto de Cooperação Internacional, que a colocou como doadora de recursos para parceiros estrangeiros, em especial, países com índices de desenvolvimento inferiores ao do Brasil. Além disso, cabe ressaltar a entidade tomou a iniciativa de defesa do direito dos imigrantes e defendeu outras pautas e ações progressistas no campo internacional. Destaca-se também a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores ligados a Agricultura (Contag), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e da REBRIP na Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul. De acordo com Bulow e Carvalho (2014), essas organizações brasileiras utilizam-se do espaço regional como trampolim para propagar as ideias e as políticas domésticas, disputar projetos políticos e aprofundar o diálogo com outros movimentos populares.

No entanto, como defende Botto (2014), a estratégia do sindicalismo brasileiro no que tange à participação social nas iniciativas de integração regional circunscreve-se aos espaços institucionais, a saber: a Cúpula Social do Mercosul, a instância de participação

social que está sendo criada na Unasul e as Reuniões Especializadas. Trata-se de espaços formais, com baixa capacidade de influência no processo decisório da integração regional sul-americana. Nesse mesmo sentido, Ramanzini Junior e Farias (2014) destacam a diferença entre participação e influência (poder de decisão). Consideram que esse último é o limite das Cúpulas Sociais do bloco, pois se tornaram eventos institucionais, que não refletem influência direta dos setores populares nas decisões estatais. A sazonalidade e a alternância dos participantes não garantem a existência de um processo mais profundo de articulação entre os movimentos populares e as centrais sindicais dos países-membros. Ademais, o fato de as Cúpulas serem convocadas e organizadas pelo Estado que está na Presidência Pró-tempore do Mercosul, faz com que exista pouca autonomia para os movimentos populares. Um exemplo, da baixa capacidade de influências das Cúpulas sobre as decisões dos chefes de Estado do bloco é o fato de que em várias declarações finais houve o pedido de suspensão do acordo Mercosul-Israel, tema que nunca apareceu nos encontros dos chefes de Estado do bloco, além do fato de que há um desconhecimento dos movimentos populares e das centrais sindicais acerca dos termos das negociações do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia

cuja lista de ofertas que tem se mantido sigilosas. Como se pode notar no trecho abaixo da declaração final da Cúpula de 2015:

O Mercosul não deve avançar nas negociações de um tratado de livre comércio com a União Europeia, com vistas aos exemplos dos seis acordos de associação que a Europa tem firmado com a América latina fica claro que os mesmos impõem condições injustas na relação comercial e promovem obrigações que limitam a capacidade de desenvolvimento autônomo dos nossos Estados: compras públicas, proteção dos direitos de propriedade intelectual, proteção aos investimentos, exigência de abertura em setores industriais que põem em risco nossos postos de trabalho. Não ao retrocesso das políticas de subsídios agrícolas e abertura aos mercados neste setor. As negociações com terceiros devem sustentar-se sobre as bases de equilíbrio e estarem de acordo com os objetivos estratégicos construídos regionalmente. Denunciamos a falta de transparência e o sigilo que vem sendo mantido com as negociações do Mercosul e da União Europeia.

O Estado brasileiro criou, em 2008, o Programa Mercosul Social e Participativo (PMSP) com o intuito de abrir um canal de diálogo com os setores organizados das classes populares acerca das questões relativa ao bloco regional. O Programa trouxe poucos avanços, tendo funcionamento irregular e sem a existência de uma

Secretaria-Executiva, não conseguiu garantir a periodicidade e nem mesmo a capacidade de influência junto ao Conselho do Mercado Comum (Ramanzini & Fontes, 2014).

Nos últimos anos, a CUT, a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), o MST, a MMM e outras entidades estão acompanhando o processo de implementação da instância de participação social da Unasul. A criação da Instância que está prevista na carta constitutiva de 2008, passou a ser discutida entre os chefes de Estado em 2012, tendo realizado o I Fórum de Participação Social em Cochabamba, em 2014. Posteriormente, essas organizações brasileiras decidiram criar um Capítulo Nacional para acompanhar tanto a Instância de Participação Social da Unasul como as Cúpulas Sociais do Mercosul. Ao unificar a atuação nacional almeja-se potencializar a capacidade de articulação desses setores, reduzir os esforços e garantir que haja sincronização entre os dois projetos de integração regional. No entanto, cada país pode indicar apenas 10 delegados para compor essa instância, o que indica que será um espaço de articulação entre lideranças e não um espaço de construção da integração regional popular.

Como dissemos, o MST optou por dar pouca ênfase aos espaços institucionais do Mercosul, passando a jogar mais peso nos processos de articulações continentais dos movimentos populares agrários e urbanos. Entre as iniciativas, destacam-se os Acampamentos da Juventude, os cursos latino-americanos realizados na Escola Nacional Florestan Fernandes, as brigadas e jornadas de solidariedade com a Venezuela, Paraguai, Equador e Bolívia, e especialmente, a construção da Articulação dos Movimentos Sociais da Alba, cuja secretaria ficou no Brasil desde o momento da criação em 2009 até 2016, sob a coordenação do MST. Na 1ª Assembleia Continental dos Movimentos Sociais pela Alba, em 2013, os compromissos foram:

- Promover a unidade e integração regional baseada em um modelo de vida alternativo, sustentável e solidário, onde os modos de produção e reprodução estejam ao serviço dos povos;
- Relançar a luta de massas e a luta de classes, em nível nacional, regional e continental, que nos permita frear e desmantelar programas e projetos do capitalismo neoliberal.
- Tecer redes e coordenações efetivas de comunicação popular, que nos permitam enfrentar a batalha de ideias e frear a manipulação da informação pelas corporações e os meios de comunicação.
- Aprofundar nossos processos de formação política e ideológica para

fortalecer nossas organizações, assim como avançar em processos de unidade conscientes e consequentes com as transformações necessárias (Declaração da 1ª Assembleia dos Movimentos Populares pela Alba, 2013).

Em 2012, integrantes do sindicalismo, dos movimentos populares, Organizações não-governamentais (ONGs) e, sobretudo, intelectuais progressistas, formaram o Grupo de Reflexões Sobre Relações Internacionais (GR-RI) com um duplo objetivo: defender a chamada “Nova Política Externa” levada a cabo pelos governos do PT e, lutar para que seja criada a Conferência Nacional da Política Externa (CNPB), a fim de possibilitar a democratização do processo decisório da política externa brasileira, que é marcado pelo insulamento burocrático do Ministério das Relações Exteriores. Em julho de 2013, o GR-RI realizou uma grande Conferência de Política Externa, na Universidade Federal do ABC saudando os 10 anos do que chamaram de “Nova Política Externa” e aproveitando a oportunidade para entregar ao Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, a reivindicação formal da criação da Conferência Nacional de Política Externa (CNPB). Durante o segundo turno das eleições presidenciais, em 2014, o grupo teve forte atuação com o lançamento do livro

Uma nova política externa: 2003-2013 (Maringoni et al. 2014), resultado das intervenções na Conferência de 2012, promovendo debates em universidades. O GR-RI buscou ressaltar a importância geopolítica da reeleição da presidenta Dilma, sobretudo, dentro do quadro de crise política na Venezuela, das negociações de paz na Colômbia, e outras questões. Em 2015, face à crise política que o país passou a viver, o grupo seguiu observando e defendendo a política de integração regional, em especial o Mercosul, manifestou-se contrário ao Acordo Mercosul-União Europeia. No entanto, apesar de reunir lideranças sindicais, partidárias e populares, o grupo não dispõe de capacidade de mobilização social, manteve-se como um grupo de intelectuais e militantes de cúpulas, as bases sociais dos movimentos populares e do sindicalismo tiveram pouco envolvimento com as análises e articulações internacionais.

Em 2015, o MST, através da Articulação dos Movimentos Sociais da Alba, realizou uma Jornada Anti-imperialista, lembrando os 10 anos do fim da Alba e deu início a Campanha pela retirada das tropas do Haiti. As centrais sindicais também realizaram ações para lembrar a luta contra a Alba. Tanto os movimentos populares como o sindicalismo brasileiros que estiveram

envolvidos na Campanha de 2002 participaram do Encontro Hemisférico em Cuba. O objetivo do encontro era refletir sobre os dilemas da integração regional dez anos após Mar del Plata, tendo em vista as crises políticas na Venezuela e Brasil. A Confederação Sindical das Américas apresentou a Plataforma de Desenvolvimento das Américas (Plada), que como pode se notar abaixo busca uma política de desenvolvimento industrial, geração de empregos e equidade de gênero:

Essa é nossa visão do Desenvolvimento, que se constrói a partir de nossa opção sindical, reafirmando os pilares do trabalho decente; a distribuição da riqueza; a democracia participativa; a igualdade entre gêneros; a integração regional priorizando a articulação nas negociações internacionais e a consolidação de posições comuns em temas de interesse comum e o intercâmbio de experiências bem-sucedidas entre os governos; a proteção e inclusão social de todas e todos, intergeracional e ambiental, integrando assim as dimensões econômica, social, ambiental e política. Não se Alcança o desenvolvimento sem a plena inclusão e participação das mulheres e dos jovens. Todos os componentes que apresentamos nesta plataforma têm a equidade de gênero e a participação da juventude como

enfoques transversais e as mulheres e os jovens como protagonistas e principais atores para tornar realidade o desenvolvimento sustentável (Plada, p.9).

Durante o encontro os movimentos populares mantiveram uma postura reticente em relação à Plada, enfatizando que deveriam priorizar a luta de resistência face à ofensiva imperialista na região, dando apoio aos governos venezuelano e brasileiro que enfrentavam crises políticas profundas. Evidencia-se, portanto, que apesar do contexto político nacional e regional exigir para uma estratégia de resistência e de projeto político para os setores populares face à ofensiva contra os governos progressistas, os direitos trabalhistas e as soberanias nacionais, não há força social mobilizada para defender um projeto popular de integração regional que consiga ganhar as ruas e a capilaridade necessária para o enraizamento social da defesa da unidade sul-americana dos povos. Esse parece o principal desafio. Além disso, não parece contraditório a defesa de um projeto industrializante, que gere empregos, com a luta por autonomia/soberania e solidariedade entre os povos.

Por isso, apesar da não obtenção de consenso programático no Encontro Hemisférico de 2015, acreditamos que

não exista uma contradição no seio das classes populares. Há formas e vias diferentes de construção dos processos de integração regional e de análise das prioridades face às conjunturas políticas regionais. Os movimentos populares, em especial, o MST e a MMM, carregam consigo um compromisso de construção da solidariedade e da luta conjunta dos movimentos populares latino-americanos de caráter anti-imperialista, cuja estratégia se concentra na Articulação dos Movimentos Sociais da Alba e no fortalecimento das suas próprias redes transnacionais. Já o sindicalismo cutista se interessa a defesa dos empregos, a ampliação dos direitos trabalhistas, a integração econômica, política e social, que o coloca a atuar mais no âmbito institucional e das redes e confederações sindicais.

Considerações Finais

O processo político dos anos 1990 e 2000 demonstra que as classes populares podem exercer algum tipo de influência sobre a política externa, ainda que não sejam a força dirigente das políticas adotadas pelos Estados nacionais. Durante a campanha contra a Alca a unidade de ação entre os movimentos populares e o sindicalismo

exerceu um importante papel, que ao convergir com os interesses de uma fração de classe dominante (a grande burguesia interna), produziu o efeito de interromper aquelas negociações. Depois disso, o Estado brasileiro, durante os governos PT, investiu fortemente no relançamento do Mercosul, abrindo canais de participação para os movimentos populares e o sindicalismo, e, ao mesmo tempo, criou um novo processo de integração política regional – a Unasul – que desde o princípio prevê esses espaços para a chamada sociedade civil. Sustentamos que esses espaços formais, criados pelos Estados nacionais não possibilitam de fato que os processos de integração regionais sejam dirigidos pelos interesses das classes populares. Por isso, é preciso criar iniciativas que possibilitem articular os interesses das classes populares, criando enraizamento social para a integração regional de caráter popular e anti-imperialista. Nesse sentido, não deve haver uma dicotomia entre solidariedade, cooperação e desenvolvimento. A defesa de empregos e a luta anti-imperialista se entrelaçam e precisam caminhar juntas. Sindicalismo e movimentos populares podem convergir taticamente na luta pela integração regional.

Referências Bibliográficas

Berringer, T. (2013). ‘A tese do imperialismo brasileiro em questão’, *in*: Crítica Marxista, nº36. São Paulo: Editora Unesp.

_____. (2015). A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula. Curitiba: Editora Appris.

Botto, M. (2014). ‘La transnacionalización del capital y las nuevas formas de activismo político. La experiencia de las centrales del Cono Sur’, *in*: Pensamiento Propio, nº40, ano 19. Buenos Aires, CRIES.

Bullock, M. V. & Carvalho, P. D. de. (2014). ‘Entre o nacional e o transnacional: o caso das organizações da agricultura familiar no Mercosul’, *in*: Gohn, M. da G. & Bringel, B. M. Movimentos sociais na era global. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes.

Codas, G. (2007). ‘Retalhos para uma história dos movimentos contra a globalização neoliberal’, *in*: Frati, M. (org.) Curso de formação em política internacional. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Costa, H. A. (2005). ‘O sindicalismo, a política internacional e a CUT’. Lua Nova, CEDEC, v. 64, p. 129-152.

Dallari, P. (1994). Constituição e Relações Exteriores do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva.

Grupo Para Reflexão Em Relações Internacionais (GRRRI). (2015). Cuidar do Mercosul é cuidar do Brasil e dos seus parceiros regionais. Disponível em <<http://brasilnomundo.org.br/comunicados-gr-ri/cuidar-do-Mercosul-e-cuidar-do-brasil-e-de-seus-parceiros-regionais/#.Vj4if2sYwzE>>

Maringoni, G.; Schutte, G. R. & Berron, G. (2014). 2003-2013: uma nova política externa. Tubarão: Editora Copiart.

Mello e Silva, L. (2005). ‘Trabalhadores do Mercosul: uni-vos. A construção de uma voz coletiva contra-hegemônica: quando o dissenso é “por-se de acordo com, a propósito”’, *in*: Santos, B. de S. (org.). Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Serbin, A. (2013). “Atuando sozinho? Governos, sociedade civil e regionalismo na América do Sul”. Lua Nova, São Paulo: CEDEC, N°90, pp. 297-327.

Silva, S. de Almeida. (2008). “Ganhamos a batalha, mas não a guerra”: a visão da Campanha Nacional contra a Alca sobre a não assinatura do Acordo. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Poulantzas, N. (1978). Classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Ramanzini, H. & Farias, R. de S. (2014). ‘Missão impossível: Mercosul, participação social e política externa no Brasil’, *in*: Pensamiento Proprio, nº40, ano 19. Buenos Aires, CRIES.

Ribeiro, S. A. (2011). Tese de doutoramento. O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC. Campinas, SP.

Documentos

Alba. Declaração de 1ª Assembleia Continental dos movimentos populares pela Alba (2013). Disponível em: <https://comitebolivarianosp.wordpress.com/2013/05/25/movimentos-pela-alba-compromisso-com-integracao-popular-e-antiimperialismo/>

Cúpula Social do Mercosul, Declaração final de 2015. (2015). Disponível em: <http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/declaracao-final-cupula-social-do-Mercosul/>

Plada (2015). Disponível em <http://csa-csi.org/Include/ElectosFileStreaming.asp?FileId=127>